



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JEQUIÉ

"Casa de Zenildo Tourinho"

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

CÂMARA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
APROVADO O PARECER

☒ Unanimidade

PROJETO DE LEI Nº. 207/2022

Votos Contra Votos a Favor

Sala das Sessões em: 30/03/2022

PRESIDENTE


Trata de Projeto de Lei de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer, institui a Política Municipal de Esporte e Lazer, revisando a Lei nº 1.786/2007 correlata ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer, e institui o Programa Bolsa Atleta e o Programa de Incentivo ao Esporte Amador em Jequié, e dá outras providências.

O município de Jequié tem a necessidade de criação de um Sistema Municipal de Esporte e Lazer, tendo em vista a Lei nº 12.585/2012, referente ao Sistema Estadual de Esporte e Lazer da Bahia, tendo como intenção de organizar e modernizar a política e gestão do esporte e lazer com base nas prerrogativas já mencionadas, além de estruturar e organizar o processo de planejamento, avaliação e execução da política municipal de esporte e lazer.

Diante do exposto, esse relator opina pela sua aprovação, pelo mesmo ser dotado de legalidade e constitucionalidade.

É o parecer.

Sala das Sessões, 25 de março de 2022


Gilvan Souza Santana

(SOLDADO GILVAN)

Relator



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE JEQUIÉ
"Casa de Zenildo Tourinho"

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº. 20/2022


Trata de Projeto de Lei de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer, institui a Política Municipal de Esporte e Lazer, revisando a Lei nº 1.786/2007 correlata ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer, e institui o Programa Bolsa Atleta e o Programa de Incentivo ao Esporte Amador em Jequié, e dá outras providências.

O município de Jequié tem a necessidade de criação de um Sistema Municipal de Esporte e Lazer, tendo em vista a Lei nº 12.585/2012, referente ao Sistema Estadual de Esporte e Lazer da Bahia, tendo como intenção de organizar e modernizar a política e gestão do esporte e lazer com base nas prerrogativas já mencionadas, além de estruturar e organizar o processo de planejamento, avaliação e execução da política municipal de esporte e lazer.

Diante do exposto, esse relator opina pela sua aprovação, pelo mesmo ser dotado de legalidade e constitucionalidade.

É o parecer.

Sala das Sessões, 25 de março de 2022


Gilvan Souza Santana
(SOLDADO GILVAN)

Relator